

REUMAM, V. 7, N. 1, 2022, ISSN online 2595-9239

## ECOFEMINISMO NO PIROCABA (ABAETETUBA-PA): RESISTÊNCIAS E ESTRATÉGIAS SÓCIOTERRITORIAIS AMAZÔNICAS NA ROTA DE “MAIS UM” GRANDE PROJETO

Fernanda Lemos de Oliveira<sup>1</sup>  
Maria José da Silva Aquino Teisserenc<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo traz uma análise inicial sobre um processo de organização e mobilização de mulheres na comunidade Pirocaba, localizada no município de Abaetetuba-PA. Em um processo de ambientalização dos conflitos sociais, a comunidade é marcada por uma organização ecofeminista, que estrutura a luta pelo seu território. Os dados primários aqui tratados foram obtidos em trabalho de campo realizado no ano de 2019 e 2022. Dados esses enriquecidos com os resultados de pesquisa, bibliográfica e documental. A pesquisa constatou que as mulheres do Pirocaba marcam suas ações políticas em torno da organização da vida cotidiana e de forma sinérgica, favorecem uma democracia participativa e procuram contribuir para com um ecossistema equilibrado do qual dependem a vida de toda a comunidade, inclusive o fortalecimento de sua resistência face aos riscos sociais e ambientais da instalação de mais um Grande Projeto na Amazônia Brasileira, um Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) da empresa Cargill.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia, Conflito socioambiental, Grandes Projetos, Mulheres e meio ambiente.

## ECOFEMINISM IN PIROCABA: AMAZONIAN RESISTANCE AND SOCIO-TERRITORIAL STRATEGIES ON THE ROUTE OF “ANOTHER” GREAT PROJECT

**ABSTRACT:** This paper presents an initial analysis of a process of organization and mobilization of women in the Pirocaba community, located in the municipality of Abaetetuba-PA. In a process of environmentalization of social conflicts, the community is marked by an ecofeminist organization, which structures the fight for its territory. The primary data treated here were obtained in fieldwork carried out in the years 2019 and 2022. These data were enriched with the results of research, literature and documents. The research found that the women of Pirocaba mark their political actions around the organization of everyday life and in a synergistic way, favor a participatory democracy and seek to contribute to a balanced ecosystem on which the life of the entire community depends, including the strengthening of its resistance to the social and environmental risks of the installation of yet another Large Project in the Brazilian Amazon, a Private Use Port Terminal (TUP) of the company Cargill.

<sup>1</sup> Graduação em Geografia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail:

fernandalemos920@gmail.com  
<sup>2</sup> Doutorado em Sociologia e Antropologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. UFPA. E-mail: mjteisserenc@uol.com.br

**KEYWORDS:** Amazon, Socio-environmental conflict, Great Projects, Women and the environment.

## **ECOFEMINISMO EN PIROCABA: RESISTENCIAS AMAZÓNICAS Y ESTRATEGIAS SOCIOTERRITORIALES EN LA RUTA DE “OTRO” GRAN PROYECTO**

**RESUMEN:** Este artículo presenta un análisis inicial de un proceso de organización y movilización de mujeres en la comunidad de Pirocaba, ubicada en el municipio de Abaetetuba-PA. En un proceso de ambientalización de los conflictos sociales, la comunidad está marcada por una organización ecofeminista, que estructura la lucha por su territorio. Los datos primarios aquí tratados fueron obtenidos en trabajos de campo realizados en los años 2019 y 2022. Estos datos fueron enriquecidos con los resultados de investigaciones, literatura y documentos. La investigación encontró que las mujeres pirocabanas marcan su accionar político en torno a la organización de la vida cotidiana y de manera sinérgica, favorecen una democracia participativa y buscan contribuir a un ecosistema equilibrado del que depende la vida de toda la comunidad, incluyendo el fortalecimiento de la su resistencia a los riesgos sociales y ambientales de la instalación de otro Gran Proyecto en la Amazonía brasileña, una Terminal Portuaria de Uso Privado (TUP) de la empresa Cargill.

**PALABRAS CLAVES:** Amazonas, Conflicto socioambiental, Grandes Proyectos, Mujer y medio ambiente.

### **INTRODUÇÃO**

Desde meados Lembra-nos Ailton Krenak (2019) que a ideia de uma humanidade separada da (e superior) à natureza, construída ao longo de milênios, se impôs como base de um tipo ideal civilizatório, justificando uma determinada maneira, um jeito considerado “certo” de estar aqui na Terra e de com ela se relacionar.

Tomada como verdade tal ideia tem orientado experiências de sociedades marcadas pela dominação e exploração dos bens comuns que os territórios nos oferecem em diferentes períodos da história, mesmo antes de se estruturar o capitalismo e sua racionalidade de mercado, a colonização e o escravismo, assim como a dominação masculina, enquanto fatores interdependentes e conformadores de um só e único sistema socioeconômico, político e cultural.

Nesse conjunto complexo, a partir dos chamados tempos modernos, se aceleram dinâmicas que produzem o que hoje percebemos como crise ambiental e civilizatória, e seus efeitos, inclusive em termos de enfrentamentos, resistências e inovações coletivas em defesa dos bens comuns e experiências sociais territorializadas.

Considerando a Amazônia como emblemática de uma situação produzida pelo *modus operandi* da modernização colonial-desenvolvimentista e, por consequência, central no debate sobre as questões ambientais, nesse artigo procuraremos analisar, em diálogo com a perspectiva ecofeminista, como atores sociais, confrontados com transformações que se constituem em ameaças às suas existências, às suas relações com os bens comuns e seus mundos de vida territorializados, tem a elas reagido.

Transformações estas produzidas por empreendimentos econômicos voltados para a produção de mercadorias para exportação, o que na Amazônia foi estabelecido como política de Estado hegemônica, deletéria em relação ao ambiente e aos interesses das chamadas populações tradicionais locais, estes considerados adequados à conservação socioambiental.

No estado do Pará, mais precisamente no Baixo Tocantins, os territórios e os modos de vida das populações vêm sofrendo com a instalação de Grandes Projetos de infraestrutura e de produção de commodities. Entre esses empreendimentos econômicos as iniciativas reconhecidas como Grandes Projetos, nessa porção da Amazônia, são a Hidrelétrica de Tucuruí, o Porto da Vila do Conde e o complexo industrial de alumínio ALBRAS-ALUNORTE (FENZL et al., 2020; SOARES et al., 2021).

Ainda que estes empreendimentos e seus efeitos socioambientais sejam objeto de acompanhamento, de denúncias e enfrentamentos, tanto pelo meio científico quanto pelos movimentos sociais, para o último trecho do rio Tocantins, em direção da ilha do Marajó, está em curso a instalação de um TUP (Terminal Portuário de Uso Privado), propriedade da multinacional agroalimentar Cargill, empreendimento a ser colocado em operação no município de Abaetetuba (PA).

A presença dos empreendimentos da Cargill nos territórios amazônicos tem levado a conflitos. Os interesses da maior empresa do agronegócio presente no Brasil são colocados, em nome do desenvolvimento, do progresso e da modernização, acima do modo de vida ribeirinho dos povos que residem às proximidades da área do porto. Aliás, sequer foram consultados sobre a instalação do TUP, o que, nesses casos é exigido pela Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

O TUP em Abaetetuba encontra-se em processo de construção, e o propósito aqui é contribuir com a discussão sobre a mobilização dos atores, seus engajamentos e ações coletivas pilotadas localmente para reivindicar um território comum em recomposição,

aqui também entendido como um “território de ação local” (TEISSERENC; TEISSERENC, 2014).

Desse modo, nossa análise tomará como referência empírica a organização, construção de pautas e estratégias de um coletivo de mulheres que vivem no Pirocaba, uma comunidade que, como referido encontra-se nos limites político-administrativos de Abaetetuba (PA). Essas mulheres tornaram-se protagonistas políticas essenciais na defesa do Pirocaba, uma vez à frente de uma organização e mobilizações cujos fins envolveram a busca de reconhecimento delas próprias e do direito à vida de/e com um território.

Além dessa introdução o texto contém mais duas sessões. Uma sobre a atuação da empresa em Abaetetuba e os conflitos a ela relacionados enquanto uma situação na qual se inscrevem estratégias de luta e enfrentamento no território que, não raro, incorporam a perspectiva ambiental. Em seguida serão abordados, a partir de dados de pesquisa *in situ*, os efeitos das ameaças e dos riscos trazidos pelo TUP na organização das mulheres da comunidade que, neste processo, passam a pensar e defender o território de modo a expressar características de ambientalização passíveis de serem interpretadas como ecofeministas.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **SOBRE AMBIENTALIZAÇÃO, GRANDES PROJETOS, EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS**

Tendo A questão pública ambiental pode ser entendida como uma construção social e política cujas origens e reconhecimento está relacionada com a primeira conferência mundial sobre desenvolvimento e meio ambiente promovida pela ONU em 1972. Desde esse evento, realizado em Estocolmo no início dos anos de 1970, o ambiente constitui uma questão social nova, mobilizadora da participação de diferentes grupos da sociedade civil, presente nas interpretações das ciências sociais, legitimadora de lutas sociais e elemento muitas vezes decisivo na argumentação de oponentes a dinâmicas econômicas e políticas socialmente excludentes e destruidoras dos equilíbrios biológicos e físico-químicos dos quais a vida depende. Portanto, a perspectiva ambiental tornou-se foco de atração/objeção de alianças e disputas, em constante elaboração pelos atores sociais, assim, colocando o ambiente como objeto empírico e teórico, e no centro dos grandes temas das ciências sociais (ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014).

No Brasil, o ambiente passa também a se manifestar, enquanto questão pública e, assim, motor da ambientalização (LEITE LOPES, 2006), sob a influência, a exemplo de outros países, da referida Conferência mundial e de seus efeitos, na sociedade civil e em termos de pautas e agendas políticas assumidas por Estados mundo afora. Ao lado disso, e em relação a iniciativas com vistas a acordos em torno do reconhecimento dos crescentes desastres ecológicos e da pressão do mercado sobre os recursos levando a destruição de paisagens e de condições de reprodução da vida.

Neste contexto, da perspectiva sociológica, a questão ambiental passa a ser percebida na relação direta com fatores sociais, pois que o problema resulta de escolhas políticas e econômicas fundadas em uma perspectiva na qual a Terra constitui uma plataforma de recursos a ser transformada em riqueza pelas atividades humanas. Consideradas insustentáveis, tais escolhas nos conduziu à mudança climática, cujos desdobramentos indicam mais concentração de riquezas, mais indiferença dos grupos dominantes em relação aos dominados e em relação ao conhecimento científico que denuncia suas práticas – os “fora deste mundo”, segundo Bruno Latour (2020) - mais riscos desigualmente distribuídos pelos territórios (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009), mais conflitos, mais injustiças socioambientais.

No âmbito do processo de ambientalização se manifestam movimentos, organizações, expressões da sociedade civil que vêm se constituindo desde os anos de 1970. Essas manifestações, protagonistas de uma disputa na construção da questão ambiental e sua resolução. Podemos, a partir de Acselrad (2010), afirmar que, nesse caso, duas vertentes se sobressaem. Uma, “contracultural”; outra, “utilitária”. A primeira é marcada pela contestação do estilo de vida ligado ao modelo fordista de produção de bens e consumo em massa e à industrialização químico-mecanizada da agricultura. A segunda vertente, invisibilizadora da questão de classe, é marcada por esforços na direção da continuidade do crescimento econômico nos países capitalistas e da acumulação do capital, economizando recursos em matéria-prima e energia.

Em se tratando dos riscos ambientais, da perspectiva contracultural os riscos ambientais não atingem todas as pessoas e todos os territórios da mesma forma, “dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos” (ACSERALD, 2010, p. 109). Através dessa perspectiva são interpretadas situações de conflitos e mobilizações e organizações para reivindicar a justiça ambiental. Demonstrando-se assim o alcance do processo de ambientalização envolvendo os

conflitos sociais no que tange aos direitos das gerações presentes e futuras, dada a desigualdade ambiental, ou seja, “a exposição desproporcional dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-produtivas da riqueza ou sua desposseção ambiental pela concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos” (ACSERALD, 2010, p.109)

Tal ambientalização dos conflitos apresenta-se como uma mobilização dos atores, para a valorização e conservação do seu território por vias outras que não o modelo econômico hegemônico. Por exemplo, na Amazônia, mobilizações, organizações e lutas por territórios social e ambientalmente protegidos vêm, desde os anos de 1980, constituindo uma dinâmica, baseada muitas vezes na vontade de promover em um determinado território um projeto pautado nas expectativas de seus habitantes, com sua participação e enriquecido a partir das atividades, de recursos locais e sistemas de relações entre os atores locais.

Nesses processos questionadores das estruturas de poder e da sua capacidade de conferir direito, reivindicações pela reapropriação da terra e de seus recursos, nada mais é do que “reivindicação pela apropriação do modo de produção do qual depende as condições de vida das populações” (TEISSERENC, 2010, p. 158). Essas reivindicações, muito presentes no contexto amazônico, contrapõem-se às crescentes ameaças à vida das populações autóctones, das chamadas populações tradicionais e de seus territórios. Ameaças originárias da permanência do vetor tecnoindustrial (agronegócio, mineração, grandes obras de infraestrutura) como via única para dinamizar economicamente a Amazônia através da instalação de megaprojetos, empreendimentos que mobilizam os recursos naturais para ampliar o fluxo de mercadorias (BECKER, 2009). Modelo que, ao longo dos anos, tem acentuado a exploração e a vulnerabilidade de diferentes grupos sociais em seus territórios.

Mais recentemente, no município de Abaetetuba (PA), a dominação do vetor tecnoindustrial vem caracterizando uma situação na qual, em oposição, a ambientalização se constitui em construção de reivindicações e estratégias de lutas. Vejamos que na zona rural deste município residem cerca de 43 mil pessoas aproximadamente, 32% da população total, segundo dados apresentados pelo MORIVA (Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba).

Essa população rural vive em sua maioria em ilhas onde hoje estão instalados PAE's (Projeto de Assentamento Extrativistas). Trata-se de um instrumento de política pública,

do Governo Federal, da alçada do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de ordenamento territorial. Dessa iniciativa participa desde o início o MORIVA (FERREIRA, 2013).

Mesmo com os PAEs, as populações rurais do baixo Tocantins convivem permanentemente com ameaças ao seu modo de vida desde os anos de 1980. Tais ameaças estão ligadas à presença de instalações industriais de grande porte nas proximidades de seus territórios como é o caso do complexo industrial e portuário Albras-Alunorte, ligado à exploração da bauxita e sua transformação em alumínio para exportação. Instalações frequentemente identificadas com problemas ambientais.

Mas, por ser propício ao escoamento de mercadorias dada sua localização estratégica no Tocantins está em curso de instalação um sistema hidroviário, integrando estruturas portuárias, para realizar o transbordo e a exportação de cargas de grãos vindos das regiões Centro-Oeste e Norte do país.

Este mesmo rio Tocantins, onde se encontra o complexo hidrelétrico de Tucuruí, o complexo produtivo-portuário ALBRAS/ALUNORTE, é o mesmo que diz respeito a uma vida ribeirinha, a cidades que se desenvolveram às suas margens definindo uma formação “Rio-várzea-floresta”, uma dinâmica econômica de circulação interna e, para além disso, constituição de localidades onde se organizam sobrevivências, imaginário, símbolos, ritmos ecológicos e culturais próprios.

Esta dinâmica tem sido tensionada pelas constantes mudanças e ameaças trazidas pelos referidos empreendimentos desde a segunda metade do século XX e, mais recentemente, a intensidade dessas mudanças, que tiveram início ainda durante os governos civis-militares, com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) – 1975-79, tem se acentuado com a chegada de novos empreendimentos apoiados pelo Estado, selecionando para isso áreas estratégicas da Amazônia, em atendimento aos interesses de expansão e reprodução do capital na região.

De acordo com a mesma lógica, a política desenvolvimentista de valorização econômica da Amazônia continua se expandindo, agora na direção do ordenamento de corredores logísticos (Arco-Norte, Madeira-Amazonas e parte dos eixos Araguaia-Tocantins) e, assim segue se aprofundando a exploração de recursos hídricos e florestais (BECKER, 2009), ignorando-se as exigências ambientais, em nome das necessidades de um mercado mundial que se impõe à Amazônia, pressupondo-a como um vazio demográfico e fronteira de expansão do capital.

Nesse contexto às populações locais, têm sido destinadas as consequências socioambientais em termos de alteração dos biomas e modos de vida construídos, pelo “reordenamento socioeconômico e espacial de áreas destinadas à implantação dos mesmos [grandes projetos], derivando em potenciais conflitos socioambientais” (SANT’ANA JR. et.al. 2009, p. 21).

No caso da dinâmica logística do estado do Pará, no ano de 2017 foi anunciado a instalação do Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) da empresa Cargill. No Brasil desde 1965, a Cargill se apresenta como uma das maiores indústrias de produção de alimentos do país. Com sede em São Paulo (SP), a empresa está presente em 17 Estados brasileiros e no Distrito Federal por meio de unidades industriais, armazéns, terminais portuários e escritórios que se distribuem em 147 municípios (CARGILL, 2020). A empresa tem grande importância nas negociações das commodities produzidas no Brasil, as quais em sua maioria são destinadas à exportação e que atendem tanto o mercado em escala mundial, quanto o mercado nacional das grandes empresas. Na região Amazônica, a empresa se especializou na produção de grãos e tem por objetivo aumentar seu fluxo através do norte do país.

Com o apoio e planejamento do Estado para assegurar os investimentos logísticos, a Cargill vem expandindo seu domínio sob o território brasileiro, interligando logisticamente seus portos para a exportação massiva e dinâmica. Apesar de se tratar de um processo aparentemente legal aos “olhos” do Estado, todo esse ordenamento do território tem causado perdas e danos para aqueles que utilizam os caminhos do rio e o uso das florestas para sua vida cotidiana. Na logística da exportação, o Arco Norte, está atravessado por conflitos ambientais envolvendo atores hegemônicos do capital e populações tradicionais dos territórios, dados seus diferentes usos dos territórios. Neste sentido lembra Acsehrad (2004) que tais conflitos se originam:

.. em eventuais rupturas do “acordo simbólico” entre as diferentes práticas sociais dispostas no espaço. Pois dadas certas combinações de atividades o “meio ambiente” poderia constituir um veículo de transmissão de impactos indesejáveis, disseminados pela água, pelo ar, pelo solo e pelos sistemas vivos, capazes de fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem.

No caso da Cargill, vale lembrar que essa mesma empresa está envolvida em conflitos também em Santarém (PA). Em 1999 essa empresa obteve sucesso na licitação que lhe



cedeu o direito de construir um porto na praia de Vera-Paz, tendo este sido iniciado em 2003.

Inicialmente a promessa do desenvolvimento econômico para toda a população seduziu a sociedade local. Mas, já a partir dos anos 2000, a empresa passou a ser acusada de omissão dos estudos de impacto ambiental e social e em 2010, ao publicar seu Relatório de Impacto ao Meio Ambiental (RIMA), foi acusada de fraudar o estudo através de informações inverídicas que mascaravam os efeitos ambientais negativos do empreendimento.

No caso da construção do TUP Abaetetuba da empresa Cargill, em carta pública de denúncia contra a Cargill redigida por várias entidades de Abaetetuba, foram denunciadas irregularidades cometidas pela empresa, tais como a “compra” de terras do PAE Santo Afonso. Trata-se de um processo que configura expropriação de terras e violação de direitos dos grupos tradicionalmente vinculados a este território, no qual desenvolveram uma adaptação ao meio ecológico com uma base econômica pautada no extrativismo, na pesca, agricultura, no artesanato e numa organização familiar do trabalho.

Essa adaptação está agora sob a ameaça de uma ruptura provocada pelo empreendimento portuário, com perdas e danos para as populações que a isso reagem. Como reagem, a partir de que meios e referências, o que está sendo proposto, é o que passaremos a tratar a seguir, considerando uma dinâmica de mobilização e ampliação da participação de mulheres para enfrentar e resistir contra efeitos não desejados em seus territórios trazidos pela construção do porto da Cargill.

## **PARA RISCOS AMBIENTAIS E AMEAÇAS A MODOS DE VIDA, UMA REAÇÃO ECOFEMINISTA SE ESBOÇA**

Embora só mais recentemente tenhamos realizado entrevistas in loco, o acompanhamento, pela observação direta, de momentos importantes no processo de mobilizações no Pirocaba vem sendo realizado desde 2018.

Com a colaboração de duas lideranças da comunidade do Pirocaba, procedemos a um estudo preliminar, nele sendo produzida a obtenção de alguns dados primários a partir das narrativas das entrevistadas em 2019 e 2022, respectivamente. Entrevistas, cuja autorização de registro em áudio foi obtida, e se baseou em roteiro semiestruturado de perguntas. Uma, concedida pela presidenta da Asapap (Associação dos

Agroextrativistas, Pescadores e Artesões do Pirocaba) em 2019; outra, pela liderança também da Asapap em 2022. A essas duas pessoas, a partir de agora nos referiremos como liderança de 2019 e liderança de 2022.

Procuramos cruzar as informações obtidas nas entrevistas com dados levantados a partir da leitura artigos, dissertações, livros e teses, além de sites, assim como com dados referidos no Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada da comunidade do Pirocaba.

Inspiradas na possibilidade de construir paraquedas coloridos, ideia preconizada por Ailton Krenak (2019) em referência a uma atitude relacional, não hierárquica, respeitosa para com o que esteja dentro e fora de nós mesmos, destacamos a comunidade insular do Pirocaba situada no município de Abaetetuba, no Pará, na Amazônia brasileira.

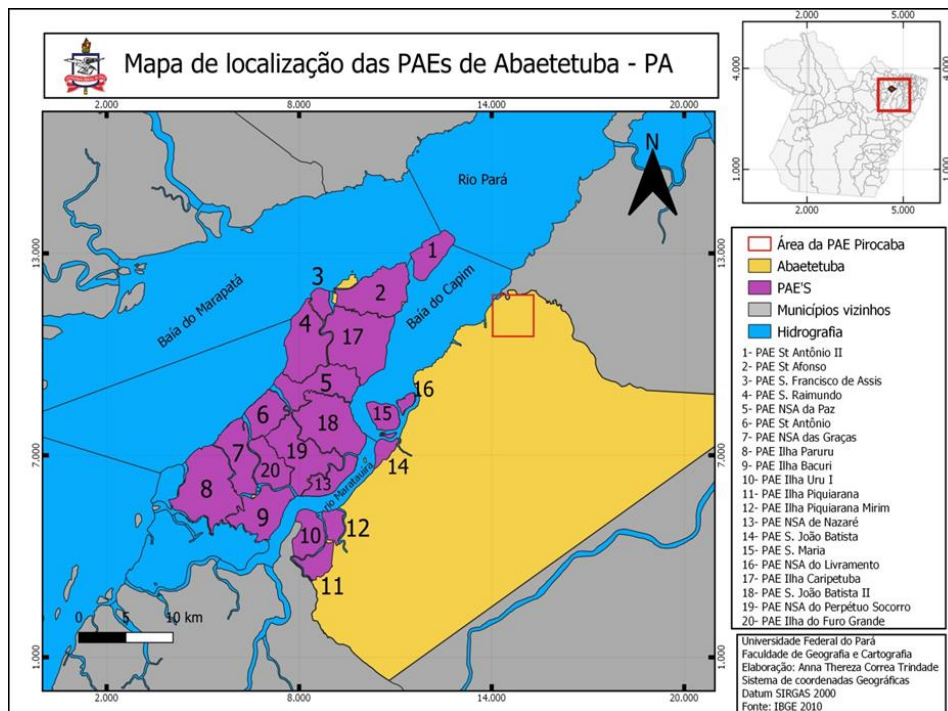
Uma comunidade que, no dia 30 de outubro de 2014, vê publicada no Diário Oficial da União, a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Ilha Pirocaba, com área 337,8239 ha (trezentos e trinta e sete hectares, oitenta e dois ares, trinta e nove centiares), 241 famílias constituem o Pirocaba, que vivem principalmente da pesca, da agricultura, do artesanato e do agroextrativismo. Há registros de que a comunidade se encontra neste território pelo menos desde 1890, (PCPLI, 2018). Desde então, seu modo de vida, suas práticas tradicionais de produção e suas práticas culturais são transmitidas de geração em geração.

A dinâmica territorial da comunidade vem sendo afetada há bastante tempo pelos efeitos de um Grande Projeto em sua proximidade como o Porto de Vila do Conde e o complexo Albrás-Alunorte. Além disso, mais recentemente a comunidade se confronta diretamente com o projeto do TUP Abaetetuba, previsto para ser instalado na Ilha do Urubueua, onde se situa o PAE Santo Afonso (Figura 1), poucos quilômetros de distância da comunidade. Logo, uma tensão ligada aos iminentes riscos ligados ao empreendimento se instalou no Pirocaba, mas não só.

Podemos observar no mapa a presença marcante de um ordenamento territorial com base nos PAEs confrontada ao projeto de uma estrutura portuária sem relações com a dinâmica local. Observemos que a área destacada no quadrado em linha vermelha corresponde à comunidade do Pirocaba. À sua frente está o PAE número 2 - Santo Afonso, onde será instalado o TUP. A exemplo dos outros empreendimentos já instalados no Baixo Tocantins, causadores de impactos socioambientais frequentemente denunciados, a situação que se visualiza em breve para o Pirocaba e todos os territórios no raio de influência do TUP é desafiadora. Já na rota da estrutura industrial e logística

da produção e exportação do alumínio no município de Barcarena (PA), estes territórios dos PAEs logo se encontrarão em situação ampliada de riscos socioambientais.

Figura 1 – Mapa dos PAE's de Abaetetuba (PA).



Fonte: Autor próprio (2021).

No Pirocaba, *locus* privilegiado de observações diretas aqui analisadas, os efeitos de poluição do ar e das águas produzida pelo complexo industrial de Barcarena, sobretudo nos produtos do extrativismo, são presentes. Nos relatos contidos no Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada do Pirocaba - PCPLI 2018, há registros como o a seguir transcrito:

“A nossa produção de pupunha diminuiu muito. O agricultor Francisco dos Santos Araújo relata que antes da instalação das fábricas ele tirava 180 cachos por apanha (que tem o intervalo de três meses dentro da safra) e agora não existe mais essa fartura. A gente acredita que isso está sendo provocado pela poluição do ar. Quando os navios que carregam os produtos trazidos para beneficiar o alumínio são lavados, os dejetos caem nos rios e, junto com o derrame de óleo, atingem diretamente as áreas de pesca, com isso peixes e camarão diminuem de produção. Isso afeta a nossa sobrevivência como pescadores e pescadoras artesanais que somos. Além disso, a poluição dos rios pelo esgoto

e lixo do município de Abaetetuba também contribui para a diminuição da pesca” (PCPLI, 2018. p.12).

Nota-se que no Pirocaba a percepção de uma degradação dos meios de vida das populações locais é imputada aos empreendimentos produtivos para exportação já instalados. Ainda que indiretamente, as atividades desses empreendimentos trazem danos ambientais, afetando inclusive uma produção local baseada no extrativismo, pesca e pequena agricultura, logo não favorece o trabalho as condições das populações que dela dependem. Para os empreendimentos esses efeitos são custos – econômicos, sociais e ecológicos – externalizados, transferidos para o ambiente e para as pessoas que nele (e dele) vivem, de uma expansão industrial que permite o capital continuar se acumulando (MIÉS, 2021).

O porto ainda não está finalizado, mas os riscos desse grande empreendimento são bem reais (BECK, 2011) e denunciá-los é legítimo. Essas estruturas de produção não foram, e não são, resultado de decisões tomadas envolvendo populações locais na partilha de possíveis benefícios de uma modernização industrial. Enquanto enclaves produtivos essas “ilhas” de modernização industrial, com as alterações provocadas no solo, nas águas e no ar, que as acompanham, contrariam os interesses dessas populações. Nesse caso a elas restam a reação contra riscos que poderiam ser evitados, por medidas tomadas antecipadamente contrarrupturas ambientais e sociais.

Na luta pela garantia do seu modo de vida e da permanência no território, de acordo com o acompanhamento que vimos realizando pesquisas desde 2018 no Pirocaba, uma organização se manifesta na comunidade sob a liderança de mulheres. Fazendo-se presentes em espaços de representação, ampliando suas ações políticas pela mobilização e participação.

Em seus relatos, mulheres entrevistadas referiram a exclusão de decisões envolvendo seus territórios. Durante muito tempo as lideranças das associações de pescadores, artesãos e outros núcleos organizativos do Pirocaba estiveram sob comando de homens. Isso levava a omissão de pautas específicas às mulheres. A situação mudou, pois, como observado por Duarte (2014, p. 100) “as mulheres trabalhadoras rurais passam a identificar o processo de opressão em que estão inseridas e criam organizações específicas com o intuito de criar espaços de diálogo e práticas políticas para transformação do que está posto”.

Na situação estudada foi também o que ocorreu. Uma leitura das condições de vida e trabalho das mulheres da comunidade em termos de desigualdades de gênero é construída em um processo de organização do segmento para assumir lugares no espaço

público, discutirem questões relativas à sua própria valorização. A partir disso a organização se dirige para a luta em defesa do território do Pirocaba. Como relatado pela presidenta da Asapap no ano de 2019:

Por um acaso os homens que já foram representantes do Sindicato, do assentamento, presidente não sei das quantas, não conseguiram o que a gente conseguiu, mobilizar uma associação, fazer uma organização em relação ao enfrentamento dos grandes projetos e com isso conseguisse fazer inúmeras outras coisas... A gente conseguiu fazer o protocolo da nossa comunidade, e hoje eu falo assim se você for aqui nas casas da comunidade vocês vão ouvir das pessoas que isso partiu de nós, primeiro das brigonas porque logo no começo foi assim, mas hoje se algo acontece é as brigonas que tem que resolver.

Percebemos que nasce um novo modo de se pensar o território, com novas possibilidades e um novo olhar sob o que está posto. Neste processo, podemos dizer de “feminização das lutas” (SVAMPA,2015), as mulheres do Pirocaba assumem a participação das lutas sociais no seu território tornando-se feministas populares, mesmo que a princípio não se reconhecendo como tal. O fato é que essas mulheres se organizando e lutando contra estruturas patriarcais, debatendo sobre terra, territórios, corpos e representações, fazem-se feministas populares (SVAMPA,2015).

No Pirocaba essa organização das mulheres, no contexto das ameaças e riscos socioambientais trazidos pelo projeto do porto aponta talvez na direção que aqui interpretamos como a do ecofeminismo, um movimento que envolve práticas e percepções com o planeta Terra, práticas sensíveis que buscam superar dicotomias como natureza/cultura, humano/não humano, razão/emoção (BACHIR, 2022), alinham mulheres e natureza, contestam o individualismo, assim apresentando potencialidade para uma forma coletiva de se pensar e transformar a concepção da gestão territorial.

Na luta em proteger o seu território de um eminente risco de desaparecimento, a organização das mulheres do Pirocaba constitui a base para o enfrentamento do projeto do porto, com base em uma concepção do território como um bem comum, pois meios materiais de reprodução de um coletivo. “Tornar comum” uma reivindicação, uma preocupação, um projeto, é o mecanismo primário pelo qual um interesse coletivo e laços mútuos são criados (FEDERICI, 2019).

O cotidiano da população do Pirocaba hoje está sendo guiado por uma ação territorial voltada para “fora” da comunidade, com o intuito coletivo de considerar o

trabalho reprodutivo dessas mulheres, reorganizar e socializar o trabalho doméstico. Pelo testemunho da então presidenta da Asapap em 2019

Olha, eu não me sentia capaz de sair de casa e nem de passar dias fora, eu tenho minha casa, eu tenho meus filhos para cuidar e quando eu me vi assim “olha, tu precisa ir em um seminário em Recife para falar sobre a articulação das mulheres”. Aí eu... “meu Deus, o que eu vou fazer?” Mas assim, a partir do momento que a gente começou a organização, eu tenho muito apoio do meu marido e isso ajudou muito para mim. Ele já nasceu em uma família machista em que o pai achava que tinha que trabalhar e a mulher ter que ficar em casa e eu falava que se for assim, as coisas não vão dar certo e a gente pára por aqui [...] então ele não é meu marido, ele é meu parceiro, porque parceria é aquilo que de alguma maneira se eu tô lavando, ele tá fritando um peixe, se eu tô batendo um açaí, ele tá dando banho nas meninas, se eu tô lavando as vasilhas, ele dá comida para as meninas, então isso é parceria.

O princípio de cooperação e responsabilidade uns com os outros leva a efetivas formas coletivas de cuidado com o território, com a terra, com os animais e com a floresta. Em conjunto a valorização e reorganização interna da comunidade do Pirocaba, vem sendo verificada e as mulheres estão à frente da luta por um ambiente seguro para viver, nisso, como percebido por Svampa (2015) entrelaça-se a “feminilização” e “esverdeamento” das lutas sociais.

A percepção e valorização de vínculos, da colaboração entre homens e mulheres, é característico do ecofeminismo de sobrevivência e isso implica em “abandonar a concepção do eu como um sujeito autônomo, que se constrói a si próprio, sublinhando a sua separação dos outros, substituindo-o por um sujeito relacional, que se reconhece diferente dos outros e da natureza, mas que por sua vez reconhece a continuidade com eles” (SVAMPA, 2015, p.131). Muito mais atento à organização da vida cotidiana o ecofeminismo favorece uma democracia participativa no território e, por conseguinte, às lutas e organização coletiva por um ecossistema ameaçado pelo projeto de instalação de um porto à proximidade.

No processo de conscientização das mulheres sobre seu trabalho e sua importância dentro da comunidade, lideranças na luta contra o porto da Cargill se construíram lideranças. Um processo que se beneficiou da articulação em redes de apoio: acionando outras comunidades ameaçadas, sociedade civil organizada, ONGs, sindicatos e outros atores. A partir dessa experiência foram conquistadas mais autonomia e conscientização

quanto ao papel vital das mulheres na vida comunitária, como relata uma outra liderança, entrevista em 2022:

Esse enfrentamento sempre foi muito puxado por mulheres; foi a partir delas que começou. Não que os homens não tenham sua parcela de contribuição, mas sempre foi muito das mulheres, elas que iniciaram isso e a partir delas outras mulheres se sentiram seguras e empoderadas para fazer esse mesmo caminho, mas foi a partir delas, porque se elas não estivessem lá dando a “cara a tapa”, dizendo que queriam falar, hoje acho que a gente não tinha isso dentro do território.

Ocorreu uma mobilização interna da Comunidade conduzida pelas mulheres que organizaram diversas reuniões e assembleia geral dos moradores para a construção de ferramentas essenciais para proteger o Pirocaba. Ferramentas como o PCPLI, elaborado pela Asapap, em parceria com entidades como a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Pará e outras entidades. Esse documento veio a público em 2018.

Na continuidade da publicação do PCPLI, no ano de 2022, ocorreu a construção e o lançamento do PGT (Plano de Gestão Territorial) do Território Agroextrativista Pirocaba, no dia 28 de maio, em uma assembleia geral para aprovação, ocorrida no Centro Comunitário Nossa Senhora de Nazaré.

Esses esforços coletivos dirigidos pelas mulheres da comunidade, marcam um processo novo de mobilizações socioambientais em defesa dos territórios. Trata-se da adoção de uma perspectiva na qual se desenvolve competências para a democracia participativa, não apenas para tomada de decisões políticas dentro da comunidade, mas também em relação a todas as decisões coletivas exigidas por desafios para além dos limites territoriais do Pirocaba. São atitudes tomadas pelas mulheres da comunidade em um movimento de ambientalização e de ecofeminização das lutas, apoiada nas práticas cotidianas, na partilha do trabalho de subsistência não remunerado, na partilha da responsabilidade por um território com base em exigências imperiosas do cuidado com a conservação dos bens comuns.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio do presente identificamos a continuidade de um processo na Amazônia desde que identificada por governos desenvolvimentistas como uma parte do Brasil a ser modernizada sob a direção de uma industrialização voltada para a exportação de

produtos primários. Política adotada que, até hoje se faz acompanhar da espoliação e desterritorialização dos povos, mediante privatização de bens comuns como rios, solo e subsolo, o ar, em atendimento às exigências da acumulação do capital.

Nesse contexto de continuidade se inscreve a empresa Cargill e seu investimento na construção do TUP Abaetetuba, uma representação bem-acabada de uma ordem hegemônica que impõe a sua lógica produtiva aos territórios, à biodiversidade e ao modo de vida de comunidades tradicionais na Amazônia. A essa ordem os grupos sociais dominantes tanta política como economicamente, referem como tendência inevitável no movimento global das mercadorias e capitais.

Em Abaetetuba, mais recentemente a continuidade da dominante desenvolvimentista- modernizadora mais uma vez se manifesta em terras, águas e florestas amazônicas, impondo uma estrutura portuária a serviço da produção graneleira para exportação. Sabemos, portanto, que o que é exportado não agrega o valor devido das águas, solos e florestas mobilizados na produção, nem tampouco os prejuízos sociais de uma estrutura agrária concentrada, exigida pela monocultura.

A mais essa manifestação, a exemplo de outros processos lembrados neste trabalho, se opõe reações. Atores se organizam, mobilizam recursos, desenvolvem aprendizados, adotam repertórios da ambientalização, ecofeminizam-se, característica identificada no caso estudado, para combaterem em conflitos envolvendo comunidades insulares agroextrativistas, por meio de parcerias entre associações comunitárias, ONG's, sindicatos etc.

O caso do Pirocaba, com sua organização interna liderada por mulheres, cuja pauta integra prioritariamente a defesa do território face aos riscos antevistos produzidos pela instalação do TUP Abaetetuba, é emblemático em ressignificações coletivas que proporcionam múltiplas estratégias, articulações que resultaram na criação de redes em prol de reivindicações socioambientais, como a produção do Protocolo de Consulta Prévia e o Plano de Gestão Territorial (PGT) do Território Agroextrativista Pirocaba. Cabe agora continuar a acompanhar, com as ferramentas das ciências sociais e ambientais, em diálogo com a perspectiva decolonial feminista, os desdobramentos das ações realizadas até aqui e que configuram um processo de ambientalização marcado pelo ecofeminismo de sobrevivência a partir do Pirocaba, em Abaetetuba (PA).

E, para finalizar, cabe agradecer às mulheres habitantes desse lugar pela afetiva recepção de sempre em suas casas, nas suas vidas e nas suas organizações políticas. Sem interlocução com elas, o aprendizado, a inspiração e as informações necessárias, para



essa reflexão inicial não teriam sido possíveis. Do mesmo modo, agradecemos ao apoio logístico para deslocamento e hospedagem, conseguido junto ao PPGSA (Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia), da Universidade Federal do Pará, para a realização da etapa de trabalho de campo realizada em 2022.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 14-33.

ACSERALD, H. MELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSERALD, H. Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, 24, (68), 2010, p.103-119.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a. p. 13-35.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECKER, B. K. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, garamond, 2009.

BACHIR, M. Ecofeminismo: uma proposta de ecologia do cuidado diante do Antropoceno. ANO 09 - N22 - "Esse lugar, que não é meu?". Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/ecofeminismo/> . Acesso em: 20 jan. 2023.

CARTA publica de informações sobre irregularidades fundiárias praticadas pela Cargill agrícola S.A e as afetações de terras tradicionalmente ocupadas no município de Abaetetuba – Estado do Pará. Abaetetuba, 10 de março de 2021. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/carta-publica-de-informacao-sobre-irregularidades-fundiarias-praticadas-pela-cargill-agricola-s-a-e-as-afetacoes-de-terras-tradicionalmente-ocupadas-no-municipio-de-abaetetuba-estado-do-para/>. Acesso em 21 fev. 2023.

DUARTE, E. L. **Movimento de mulheres trabalhadoras da paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB). João Pessoa, 2014.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

FENZL, N.; SOMBRA, D.; CANTO, O.; FARIAS, A.; NASCIMENTO, F. Os “Grandes Projetos” e o processo de urbanização na Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço**, Grajaú (MA), v. 6, p. 1-25, 2020.

FERREIRA, L. S. G. **Gênero de vida ribeirinho na Amazônia**: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba. Dissertação (mestrado) – universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2013.

- IBASE. **Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro**. Achiamé: Rio de Janeiro, 1983.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.
- LATOUR, B. **Onde aterrar?: Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2010.
- LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.
- LOUREIRO, V. R. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Empório do Livro, 2009.
- LOUREIRO, V. R. **A pesquisa nas ciências sociais e no direito**. Cultural Brasil: UFPA/NAEA, 2018.
- MIÉS, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.
- OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- PCPLI, 2018. Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada. Comunidade Pirocaba: Abaetetuba - Pará - Amazônia – Brasil. Coordenação comunitária de consulta prévia, livre e informada.
- PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- RIBEIRO, B. **Amazônia urgente: cinco séculos de história e ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1990.
- SVAMPA, M. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad**, n. 256, p. 127-131, mar./abr., 2015.
- SOARES, D. S.; DAMASCENO, S. B.; CASTRO, C. J. N.; SIMÕES, A.; PIRAUX, M.; RITTER, L. H.; AGUIAR, A. G. R.; SILVA, K. P.; COSTA, F. E. V.; QUARESMA, M. J. N. Produção do espaço agrário e dinâmicas territoriais na Amazônia Tocantina: transporte rural-urbano, agricultura familiar e ambientes em Abaetetuba (PA). In: OLIVEIRA, R. J. (Org.). **Extensão rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar**. Guajará-SP: Científica Digital, 2021, p. 578-600.
- SANT’ANA JR., H. A. et al. “A resex de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate”. SANT’ANA JÚNIOR, H. A. et al (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.
- TEISSERENC, P. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Revista Antropolítica**, n. 29, segundo semestre, 2010b.
- ZUCHIWSCHI, E; FANTINI, A. C.; et al. **Limitações ao uso de espécies florestais nativas pode contribuir com a erosão do conhecimento ecológico tradicional e local de agricultores familiares**. Disponível em: <http://www.scielo.br/abb> . 2010. Acesso em 18 de dezembro de 2012.